

A propósito da disparidade entre os pobres e os ricos e as reclamações sociais em Macau

*Ng Wai Keong**

A disparidade entre os pobres e os ricos constitui um dos temas mais quentes nos últimos tempos em Macau, cujo foco reside no seguinte: em 2004, a economia de Macau conseguiu um super-desenvolvimento que se situou em 28% e o rendimento per capita atingiu as 180,965 patacas. Sob esta boa situação, parece que a população em geral não tem tido benefícios muito evidentes. Em 2004, a média do rendimento só conheceu um aumento de 7,6%, que é inferior ao crescimento económico, de maneira que personalidades e até especialistas e investigadores foram levados a deduzir que a disparidade entre os pobres e os ricos está a conhecer uma tendência de agravamento. Segundo os dados publicados no início de 2005 pela Associação Geral dos Operários de Macau, no resultado de uma sondagem sobre o rendimento e estado de vida dos assalariados, das mais de dez mil pessoas sondadas, 60% dizem ter o seu salário inalterado, 20% viram os seus salários reduzidos e só aproximadamente 20% viram os seus ordenados aumentados. Por isso, a conclusão da Associação Geral dos Operários de Macau é: os assalariados não têm sido beneficiados com o crescimento económico e calcula que está em constante aumento a disparidade entre os pobres e os ricos. Estas aparências evidentemente possuem certa força probatória. Mas faltam-lhes provas rigorosas, baseadas em rigorosos dados estatísticos. Nesta sede, é nossa intenção mostrar a evolução da disparidade entre os pobres e os ricos, com base em rigorosos dados estatísticos.

Como se sabe, o Coeficiente de Gini é um indicador amplamente utilizado para avaliar a disparidade entre os pobres e os ricos, cujas graduações se situam entre 0 e 1. O grau zero significa que a distribuição de rendimento dum país ou território é completamente igual. Todos têm o mesmo rendimento. Grau 1 significa uma absoluta desigualdade de rendimento. Uma só pessoa tem todos os rendimentos e os outros têm um rendimento zero. Numa sociedade real, praticamente não existem os dois casos extremos agora referidos; por isso, o Coeficiente de Gini tem que situar-se entre 0 e 1. Quanto maior for o valor do Coeficiente de

* Vice-presidente da Associação da Segurança Social.

Gini, maior será a disparidade entre os pobres e os ricos. Por enquanto, não existem critérios uniformizados, no que diz respeito à definição da situação mais grave. Geralmente é aceite que mais do que 0,4% já atinge a zona de alerta; 0,5 é bastante grave, o que deve levar o Governo a estudar a sério e tentar diminuir a disparidade entre os pobres e os ricos, se não, a continuar assim, surgirão agitações sociais, que podem prejudicar a vida popular, e até provocar a ruína duma nação.

Qual é o Coeficiente de Gini de Macau? Segundo dados estatísticos oficiais, entre 1998 e 1999, o Coeficiente de Gini foi 0,43. Entre 2000 e 2003, foi 0,45. Não há dados estatísticos para outros anos publicados, por isso, rigorosamente falando, não podemos nem sequer fazer comentários sobre as alterações concretas da disparidade entre os pobres e os ricos nos últimos dez anos em Macau. Isto não quer dizer que não possamos usar outros dados para calcular o Coeficiente de Gini de Macau. Através da distribuição de trabalho e rendimento da população empregada, realizada na sondagem do emprego, pode-se calcular o Coeficiente de Gini de Macau entre 1992 e o segundo trimestre de 2005. Evidentemente, esta metodologia está de certa maneira condicionada: primeiro, o rendimento do trabalho não significa o rendimento disponível total; no entanto, o rendimento do trabalho de uma família de Macau representa 70% do rendimento total, podendo o factor da baixa taxa fiscal do Governo substituir o rendimento disponível pelo rendimento do trabalho, para efeitos do cálculo de Coeficiente de Gini; segundo, os questionários de sondagem de emprego dificilmente podem cobrir os super ricos e, por isso, a utilização dos dados recolhidos na sondagem de emprego poderia trazer a possibilidade de subestimar o Coeficiente de Gini. A utilização de sondagem sobre os rendimentos dos residentes poderia enfrentar problemas iguais. A única diferença reside em ter um conceito relativamente mais completo.

Dados do Coeficiente de Gini e da taxa de crescimento económico entre 1992 e o segundo trimestre de 2005

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005 1.º tri- mestre	2005 2.º tri- mestre
Coeficiente de Gini	0,44	0,44	0,43	0,42	0,39	0,40	0,42	0,43	0,43	0,44	0,45	0,45	0,44	0,43	0,41
Taxa de crescimento económico	13,3	5,2	4,3	3,3	-0,4	-0,3	-4,6	-2,4	5,7	2,9	10,1	14,2	28	8,6	8,2

A taxa de crescimento económico e o Coeficiente de Gini

Os Coeficientes de Gini constantes no quadro anterior são obtidos com base nos dados de Sondagem de emprego que correspondem aos dados oficiais, baseados na Sondagem de receita/despesa por residente, que dão 0,43 para 1998-1999 e 0,45 para 2002-2003. Isto prova que os dados são basicamente credíveis e podem ser utilizados para calcular o Coeficiente de Gini. Os dois grupos de dados podem ser divididos em duas fases. A primeira que vai de 1992 a 1999, período em que a economia de Macau conheceu uma deterioração muito acentuada. Entre 1996 e 1999, verificaram-se durante 4 anos consecutivos crescimentos económicos negativos, cujos Coeficientes de Gini correspondentes conheceram uma tendência de queda para ligeiras subidas, isto é, de 0,44 de 1992 para 0,39 de 1996. Mais tarde, subiu para 0,43 de 1999 para se aproximar do nível de 1992. A segunda fase vai de 2000 a 2005, período em que a economia de Macau tem conhecido uma paulatina recuperação e em 2004 obteve um comportamento significativo. Sob o impulsionar do jogo e do turismo, o crescimento económico atingiu 28%, o que constitui um recorde sem precedentes. Com um aumento tendencial do crescimento económico, o Coeficiente de Gini também sofreu aumentos anuais para chegar ao valor máximo de 0,45 de 2003. E a partir daí, conheceu uma ligeira queda em 2004 e nos primeiro e segundo semestres de 2005, os Coeficientes de Gini são respectivamente 0,44, 0,43 e 0,41. Ao contrário de suposições da generalidade das pessoas, o crescimento económico não tem provocado a agravação da disparidade entre os pobres e os ricos.

Pelos dados estatísticos de Macau, sabe-se que entre o Coeficiente de Gini e o crescimento económico não existem necessariamente sinergias (veja-se o quadro anterior). Isto quer dizer que o crescimento económico não provoca necessariamente a agravação da disparidade entre os pobres e os ricos. As variações têm que ver com as circunstâncias concretas da realidade local dum determinado tempo e revelam-se diferentes de país para país. A analisar pelas circunstâncias de Macau, entre 1996 e 2002 a disparidade entre os pobres e os ricos teve uma tendência de aumento. A partir de 2003, houve uma redução da disparidade entre os pobres e os ricos, cujos motivos concretos poderão ser os seguintes:

Primeiro, desde 1996, a economia de Macau viveu uma recessão em 4 anos consecutivos. Após o retorno à Mãe Pátria, verificado em 1999,

apesar de certas melhorias, a taxa de desemprego continuava em alta. Até 2002, a média de rendimento conhecia uma tendência de queda. As pessoas de baixo rendimento (com uma receita de 4500 patacas ou menos), foram as mais atingidas. A percentagem deste grupo na população empregada estava em aumento constante, enquanto a percentagem do rendimento da população empregada manteve-se praticamente inalterável. Pelo contrário, as pessoas de rendimento alto, com receita mensal superior a 10,000 patacas não conheceram nenhuma deterioração, pelo que, a percentagem da população empregada se manteve estável, com uma tendência de ligeira subida, mas a percentagem do rendimento da população empregada no total conheceu um aumento considerável de 38,3% de 1996 para 47,9% de 2002. No que toca às pessoas de rendimento médio (rendimento mensal entre 4,501 e 10,000 patacas), a percentagem conheceu uma queda tendencial e a percentagem de rendimento também acompanhou a mesma tendência. Em suma, neste período a sociedade de Macau conheceu um fenómeno de agravamento da disparidade entre os pobres e os ricos. Evidentemente, os Coeficientes de Gini correspondentes têm vindo a aumentar.

Segundo, a partir de 2003, com o impulsionar da liberalização do jogo, a introdução de empresas do jogo norte-americanas e o benefício da política do “visto individual” do interior da China que tem trazido grande número de turistas do interior da China, verificou-se uma drástica expansão do jogo e do turismo em Macau. Em meados de 2004, com a inauguração do Casino Sands, o desenvolvimento do jogo estava em franca expansão. Nesse ano, as receitas vindas do jogo e turismo conheceram um aumento significativo de 40%, o que está na origem do crescimento económico de Macau com uma taxa de 28%. Evidentemente, os casinos têm contratado grande número de funcionários. Os croupiers auferem um salário mensal superior a 12,000 patacas. Além disso, a construção das instalações para o jogo e turismo tem revigorado toda a construção civil provocando uma falta de operários e um grande aumento dos salários. A prosperidade do jogo e turismo tem beneficiado indirectamente outras actividades, tais como a hotelaria, os transportes, a restauração, a venda a retalho, os serviços e até os bancos e as companhias de seguro. Em 2004, a maioria dos empregados destas actividades conheceu algum aumento salarial. Nestas situações, a percentagem das pessoas com um baixo rendimento tem-se reduzido. Ao contrário, a percentagem das pessoas de rendimento médio e alto tem aumentado e a percentagem dos rendimentos também. No entanto, o aumento das receitas é inferior ao au-

mento das pessoas. Em termos concretos, a percentagem das pessoas de rendimento médio aumentou de 36,3% de 2003 para 40,7% de 2005, com um aumento de 4,4%, enquanto a percentagem de rendimento aumentou de 33,8% de 2003 para 35,7% de 2005, com um ligeiro aumento de 1,9%. A percentagem das pessoas de alto rendimento aumentou de 17,6% de 2003 para 20,5 de 2005, com um aumento de 2,9%, mas a percentagem de rendimentos só aumentou de 48,0 % de 2003 para 49,8% de 2005, com um ligeiro aumento de 1,9%. Como o aumento das pessoas de rendimentos médio e alto é superior ao aumento dos rendimentos, a disparidade entre os pobres e os ricos tem sido paulatinamente diminuída.

Percentagem da população empregada

Média de rendimento mensal	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Inferior a MOP 4,500	43,9%	39,6%	43,4%	44,9%	45,9%	48,3%	48,0%	46,1%	42,0%	38,8%
Entre MOP 4,501 e 10,000	41,9%	44,4%	39,0%	36,9%	36,8%	35,6%	34,7%	36,3%	39,1%	40,7%
Até 10,001 ou superior	14,2%	16,0%	17,6%	18,3%	17,4%	16,1%	17,3%	17,6%	18,9%	20,5%

Percentagem do rendimento da população empregada

Média de rendimento mensal	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Inferior a MOP 4,500	20,2%	17,0%	18,1%	18,1%	18,8%	20,1%	19,3%	18,2%	16,2%	14,5%
Entre MOP 4,501 e 10,000	41,6%	40,8%	36,2%	34,0%	34,4%	34,6%	32,7%	33,8%	35,0%	35,7%
Até 10,001 ou superior	38,3%	42,2%	45,7%	47,9%	46,8%	45,3%	47,9%	48,0%	48,9%	49,8%

Para o autor, o verdadeiro foco do problema social de Macau nos últimos anos não é a disparidade entre os pobres e os ricos. De facto, segundo dados estatísticos oficiais, o Coeficiente de Gini não conheceu nenhum aumento; pelo contrário, a disparidade entre os pobres e os ricos está numa tendência de diminuição. No entanto, perante tantas vozes de

descontentamento, a nível social, temos que perguntar onde é que estão os problemas? Achamos que os problemas são muitos e que podem ser agrupados nas seguintes três áreas:

1. Emprego: A contradição de emprego existente em Macau, não é a alta taxa de desemprego (a última estatística situa-se em 4,1%), mas sim o problema da introdução de mão-de-obra de fora e os problemas que advêm da liberalização do mercado. Segundo os dados estatísticos oficiais, a partir de 2005, grande número de mão-de-obra legalizada começou a entrar em Macau. Até aos finais de Setembro de 2005, o número atingiu a 34,618 pessoas, o que representa um aumento de 8,184 pessoas, face ao mesmo período do ano anterior, representando um aumento de 6,982 pessoas. Somados os trabalhadores clandestinos, que são incalculáveis, o ambiente de emprego real de Macau tem conhecido grandes viragens; embora a taxa de desemprego tenha sido atenuada e o aumento do rendimento médio verificado, a subida ainda está muito inferior ao crescimento económico. Com o considerável aumento de preços a partir da segunda metade de 2004, o aumento salarial de parte dos assalariados ficou anulado. Em face do aumento dos preços e pelo facto de algumas indústrias de ponta, tais como a manufactura, se encontrarem em decréscimo, bem como a entrada em massa de capitais estrangeiros que colocam as médias e pequenas empresas locais numa situação de sobrevivência difícil, e em consequência duma implacável concorrência, os assalariados dessas actividades não têm beneficiado do facto do crescimento económico e continuam com um nível salarial relativamente baixo. O problema do emprego é tão complexo quão de difícil solução. Numa economia de mercado, não convém ao Governo intervir em excesso, mas sim desempenhar a sua função reguladora do mercado de emprego e manter uma atitude neutral entre as partes laborais, não podendo favorecer alguns interesses. Ao mesmo tempo, é necessário aumentar a transparência e sobretudo as informações sobre a importação de mão-de-obra. Além disso, o Governo deve reforçar a formação profissional e os subsídios para as actividades de que o mercado precisa com urgência, ajudar os desempregados na reciclagem ou na mudança de profissões, ajudar pequenas e médias empresas e combater os trabalhadores ilegais. Torna-se, por outro lado, necessário introduzir alterações pontuais na Lei Laboral para defender os legítimos direitos dos assalariados, designadamente no horário de trabalho, salário, férias, segurança industrial, garantias de reforma, etc. As revisões devem acompanhar a evolução dos tempos.

2. Habitação: Nos últimos anos, o problema habitacional tem estado em destaque, em consequência de assustadores aumentos dos preços dos imóveis. Segundo dados estatísticos oficiais, em apenas dois anos, o preço dos imóveis em Macau tem conhecido um aumento de 25% e o aumento dos prédios na Taipa atingiu 84%. Sendo estas as estatísticas oficiais, o aumento real deve ser maior. Neste momento, o preço mínimo de cada pé de imóvel novo está em 1000 patacas. Na Taipa, este preço poderá atingir 2000 ou superior. Uma unidade de apenas 800 pés, de qualidade normal, atinge aproximadamente o valor de um milhão de patacas. Pelo rendimento médio actual em Macau, uma pessoa precisa de trabalhar 14 anos para liquidar a compra deste imóvel. Para a generalidade dos habitantes, é de facto um encargo muito pesado. O aumento do preço dos imóveis impulsiona evidentemente o aumento da renda. Publicam-se de vez em quando notícias de inquilinos obrigados a mudar de residência. Apesar de o Governo fornecer habitação económica e social para compra ou arrendamento pelas classes média e baixa, com bastante sucesso nos últimos dez anos, na actualidade, 20 mil pessoas vivem em habitações destas condições, mas em comparação com as pessoas que estão na lista de espera, a procura é muito superior à oferta. Neste momento, em Macau, as famílias que adquirem a sua própria habitação já ultrapassam 75%; no entanto, algumas pessoas ainda têm condições habitacionais muito fracas, o que é motivo de reclamação cada vez mais frequente para melhorar o ambiente habitacional. Os jovens, para casar também precisam de comprar habitação. Perante o elevado preço dos imóveis, os sonhos deles transformam-se em fumo. O problema de habitação é uma das necessidades mais básicas da vida humana. Se o aumento do preço dos imóveis ficar fora do poder de compra da generalidade dos habitantes, ao Governo competirá pensar em se servir das actuais políticas administrativas e económicas para fazer melhorias, por exemplo, fornecendo maior quantidade de terreno e fazendo crescer os capitais e riscos das especulações imobiliárias. Além disso, perante as dificuldades habitacionais das classes mais baixas, o Governo deve dar-lhes mais atenção. Ainda existe espaço de melhoria para as condições de pedido de habitação económica. As habitações sociais devem ser aumentadas. O aluguer deve ser mais flexível, tanto podendo ser aumentado como diminuído. Como o problema habitacional é relativamente premente, convém que o Governo o tome como um dos pontos fulcrais das linhas de acção governativa.

3. Educação: Os conhecimentos podem mudar o destino de uma pessoa. Pelos vistos, a educação é de facto muito importante. Através

dela, pode-se reforçar a capacidade de ganhar a vida e melhorar a qualidade de vida. No entanto, o ensino em Macau tem bastantes problemas. Apesar de uma grande discussão a respeito, já prolongada, a nível social ainda não se chegou a um consenso. O tema mais falado é o ensino obrigatório. A polémica reside na descida ou no aumento, a partir das bases existentes. Fazer passar a descida do ensino gratuito na Assembleia Legislativa, seria uma grande sorte a sua aplicação já no ano lectivo 2006-2007. O alargamento do ensino secundário ao segundo ciclo, é de crer que será uma coisa de mais longo prazo. De facto, neste momento há uma maior procura do ensino secundário do segundo ciclo. Na condição prévia da continuação das boas finanças governamentais, deverá haver recursos suficientes para promover o ensino secundário gratuito do segundo ciclo, para elevar dum maneira completa o nível educativo das pessoas de Macau, o que se reveste dum grande importância para o desenvolvimento sócio-económico de Macau. Pena é que neste momento o Governo ainda não tenha tomado uma determinada decisão e parte da juventude, amiga de benefícios imediatos, antes de concluir o ensino secundário ou universitário, procure com urgência emprego nos casinos. Isto, seja para a carreira profissional e individual futura, seja para o desenvolvimento económico global de Macau, é mais prejudicial do que benéfico. No futuro, Macau precisará de recursos humanos de todas as actividades, dum activa participação da juventude que assuma a sua responsabilidade por Macau. Só desta maneira Macau poderá ter o seu futuro garantido. Por isso, neste momento, o Governo de Macau deve criar condições para a juventude, sobretudo no que diz respeito ao ensino e à formação profissional. Deve dar mais apoio aos estudantes na elaboração dos programas curriculares e conceder bolsas de estudo. Deverá dar mais oportunidades aos jovens bem sucedidos nos seus estudos, para que eles possam desenvolver as suas carreiras, tranquilos e com vontade, em Macau, com o objectivo de evitar a perda de recursos humanos que se tem verificado durante longo tempo. Achamos que o atraso de longo prazo que Macau tem vivido está intimamente ligado à perda de recursos humanos. Não é que a Macau faltem recursos humanos; acontece é que os motivos de não se ter conseguido assegurar os recursos foram muitos, dos quais se pode citar a falta de oportunidades de desenvolvimento no passado, o encerramento da sociedade de Macau e uma governação do tipo "chefe de família". Tudo isto tem abafado os ímpetos da juventude. No momento em que a economia de Macau começa a desenvolver-se dum maneira surpreendente e a sociedade em continuada abertura, a geração

jovem é a esperança do maior desenvolvimento de Macau no futuro; por isso, o Governo deve dedicar-se mais à formação das gerações vindouras e deve promover os recursos humanos sem restrições, independentemente da sua origem e do seu fundo social e cultural. Só desta maneira os jovens de Macau poderão sentir-se esperançados e assumir a sua responsabilidade com Macau; só desta maneira Macau poderá continuar com a sua prosperidade e segurança, à procura duma vida ainda melhor. Por isso, o Governo deverá canalizar maior quantia de recursos para desenvolver grandemente o ensino básico, o ensino específico e a formação especial; sobretudo deverá dar mais apoio às camadas sociais mais baixas para evitar casos de jovens desfavorecidos não poderem ter acesso ao ensino. Só desta maneira é que haverá oportunidade de eliminar a pobreza transgeracional e atenuar a disparidade entre os pobres e os ricos, de maneira a diminuir as contradições de classes e conseguir a esperança de construir uma sociedade harmoniosa.

Os problemas sociais existentes neste momento não podem ser ignorados. Os bons sucessos do elevado crescimento económico não podem esconder os problemas sociais. Evidentemente, eles são o preço que o desenvolvimento económico tem de pagar e o Governo não pode ignorá-los, bem pelo contrário; deverá situá-los num nível mais alto e serem directamente tratados nas linhas da acção governativa, com medidas eficazes. São coisas que devem ser feitas por um Governo responsável. Não me tenho dedicado a estudos de políticas governamentais de suma importância; por isso não me atrevo a lançar de ânimo leve algumas propostas; refiro-me apenas a orientações para solução dos problemas e a princípios que possam servir de referência às autoridades competentes. A elaboração de políticas concretas são da inteira responsabilidade do Governo.

Achamos que uma sociedade harmoniosa deve ser uma sociedade justa e fraterna; por isso, o Governo deve começar por estes dois aspectos. Só desta maneira, poderá resolver de raiz os problemas sociais acima referidos.

1. Criar uma sociedade justa: A justiça é a regra básica mais importante da criação duma sociedade harmoniosa. O valor nuclear da justiça reside na igualdade de oportunidades que permitem todas as pessoas poderem ser bem sucedidas, através dos seus próprios esforços. Uma sociedade justa dá realce à concorrência justa, da qual os bons sairão ganhadores

e os maus eliminados. Os bons sucessos dependem das suas capacidades e não da sua origem ou da sua ligação social. Se faltar a uma sociedade a justiça, não há possibilidades de criar uma atmosfera e um ambiente harmoniosos. Suponhamos que alguém que seja injustamente tratado não alimentaria evidentemente rancores e que ao fim de longo tempo a sociedade não ficaria cheia também de rancores que possam transformar-se em acções, das quais as pequenas podem ser protestos silenciosos e atitudes passivas de não cooperação e as grandes podem ser confrontações radicais, o não cumprimento da ordem social e das leis, até algumas acções destruidoras da paz social. Macau tem sido uma sociedade conservadora. Geralmente, as pessoas injustamente tratadas costumam só desabafar e voltam logo à normalidade, como se nada lhes tivesse acontecido. Mas a cidade poderá deixar de funcionar assim no futuro. A situação dos habitantes de Macau está a mudar paulatinamente. A classe média e a geração jovem já têm uma maneira de ser diferente das gerações mais velhas. Quando estes forem injustamente tratados, a sua reacção poderá ultrapassar o que imaginamos. Por isso, como medidas preventivas, o Governo deverá fazer todos os esforços para criar uma sociedade justa com o objectivo de eliminar rancores, sobretudo nos três seguintes aspectos:

1.1. Aumentar a transparência da governação: Houve melhorias da transparência da governação e das informações do Governo, após o retorno. Isto deve ser positivamente confirmado. Apesar das grandes melhorias no intercâmbio e na comunicação entre as autoridades e os cidadãos, a transparência não é suficiente, no que diz respeito a alguns elos de grandes interesses, sobretudo na política da concessão de terrenos e na autorização da importação de mão-de-obra do exterior. Os cidadãos não têm acesso aos critérios do Governo sobre a concessão de terrenos, nem da autorização da entrada de mão-de-obra, muito menos ao critério de distribuição de mão-de-obra do exterior para as empresas. É preciso entender que quanto menor for a transparência, maior será a dúvida dos cidadãos, que não deixarão de especular sobre a intenção governativa e até poderão chegar a calcular que alguns departamentos do Governo ou o seu pessoal são suspeitos de receber benefícios. Para evitar essas especulações e boatos, a melhor maneira reside em o Governo aumentar quanto antes a transparência da governação e dar, em maior medida, aos cidadãos informações sobre a governação e publicar dados concretos para que todos saibam da governação do Governo. Só desta maneira se poderá conseguir o apoio e a identificação dos cidadãos e só desta maneira se poderá criar uma sociedade em que o povo é fundamental.

1.2. Defesa dos princípios de concorrência justa: Neste aspecto, é preciso levar em consideração os dois seguintes pontos:

1.2.1. Actualizar a percepção da justiça: Nos últimos anos, o Governo de Macau não poupou esforços em abrir o mercado, de modo a conseguir um elevado desenvolvimento económico. Em consequência disso, companhias de capitais estrangeiros de todas as actividades têm entrado no mercado de Macau. Baseadas nos seus capitais, na avançada tecnologia e na gestão científica, entre outras vantagens, têm deixado as médias e pequenas empresas locais de Macau na incapacidade de concorrer com elas, o que leva encerramento destas empresas locais ou à saída delas do mercado. Neste momento, o mercado de Macau está paulatinamente ocupado por capitais estrangeiros, colocando muita gente no desemprego ou no semi-desemprego. Se bem que a concorrência do mercado se caracteriza pela vitória dos bons e a perda dos maus, parece não se poder responsabilizar ninguém neste caso. O problema que se coloca é se esta concorrência é justa. Na realidade, as pequenas e médias empresas locais de Macau não estão na mesma categoria das firmas estrangeiras. Trata-se de uma luta entre um boxer de pesados e outro de pluma. É uma injustiça desde logo no início. Por isso, o Governo, ao abrir o mercado, deve actualizar a sua percepção sobre a justiça com maior profundidade e pensar em elaborar um conjunto de regras de jogo para uma concorrência justa.

1.2.2. Combater com rigor a corrupção: A corrupção torna a concorrência injusta, não deixa o mercado funcionar normalmente e impede o desempenho da sua função de distribuição eficaz de recursos. Por um lado, a corrupção pode parar a entrada dos capitais estrangeiros, aumentar os custos de funcionamento das empresas, de modo a prejudicar o desenvolvimento económico e fragilizar a competitividade de Macau. Os casos de corrupção são menos desenfreados, após o retorno de Macau à Mãe Pátria. Mas nas últimas eleições para Assembleia Legislativa, alguns casos de corrupção vieram à tona da água. O Congresso Norte-americano acusou alguns bancos de Macau de envolvimento na lavagem de dinheiro, o que tornou Macau num protagonista de incidentes internacionais. Estes dois casos são prova de que a corrupção e a lavagem de dinheiro continuam a existir em qualquer lado de Macau. Se as autoridades não se revelarem rigorosas e vigorosas no combate à corrupção, a sociedade não poderá ser justa e conseqüentemente os progressos sociais serão impedidos.

1.3. Aumentar os níveis profissionais: É preciso reconhecer que os níveis profissionais dos serviços não são muito elevados. Antigamente, o desenvolvimento económico de Macau estava relativamente atrasado, as necessidades que os cidadãos e as empresas tinham dos serviços especiais de alta qualidade não eram muitas, mas, neste momento, dado que Macau se encontra num acelerado desenvolvimento, as suas necessidades de serviços especiais de todo o género têm vindo a aumentar. Evidentemente, se os níveis de serviços específicos de Macau não puderem acompanhar estes progressos, tal poderá provocar erros atrás de erros, dos quais os mais graves poderão provocar grandes prejuízos, e num sentido mais lato impedir o progresso social. Um caso típico dos últimos tempos é a “venda judicial errada dum casa”. Este caso, além de ter causado problemas ao proprietário, tem dado prejuízos à reputação dos advogados envolvidos e baixado o nível profissional do meio jurídico em causa e tem denegrido a reputação de Macau. Neste incidente infeliz, o proprietário viu o seu imóvel posto em venda judicial pelo tribunal, devido à transcrição em português do nome e apelido de outra pessoa homófona. Desta venda errada, o proprietário não teve nenhuma culpa. Os únicos culpados foram os advogados e juízes envolvidos. Estes, com base em leis pertinentes, exigiram ao lesado tomar iniciativa para accionar um processo jurídico para recuperar a propriedade erradamente leiloadada. Embora os advogados envolvidos se tenham oferecido incondicionalmente para recuperar a propriedade leiloadada pelo Tribunal, o lesado recusou este remédio. Em resumo, este caso deixa as pessoas com a sensação de que o regime jurídico de Macau tem sido injusto com o interessado. Também há outros casos semelhantes de má execussão jurídica. De facto, o sistema jurídico de Macau deve ser muito rigoroso e executado por advogados profissionais, advogados de alta qualidade; executado por juízes e advogados de alto nível profissional. Com a falta dum alto nível profissional, por melhor que seja o regime e por mais justa que seja a lei, não se pode garantir uma verdadeira justiça. Por isso, aumentar os níveis profissionais é uma prioridade e urgência.

2. Criar uma sociedade fraterna: Em Macau, aplica-se “Um país, dois sistemas” e mantêm-se o modelo económico capitalista. O capitalismo dá realce à propriedade privada e à economia de mercado. No que diz respeito às relações sociais, dá importância aos intercâmbios justos e ao individualismo. Por isso, como criar uma sociedade harmoniosa sob um regime capitalista, será um novo tema para o Governo da RAEM. A ideolo-

gia de uma sociedade harmoniosa é a segurança, a ordem, a concorrência leal, a unidade, a lealdade e a entre-ajuda fraterna para atingir uma convivência geral e uma situação benéfica para toda a gente. O capitalismo destaca a concorrência que é a força motriz dos progressos sociais. A concorrência produz ganhadores e perdedores. Uma sociedade harmoniosa deve ajudar e socorrer os vencidos ou os grupos desfavorecidos, estimulando-os a dar desempenho à sua autoconfiança e esforços constantes e a serem intrépidos perante as dificuldades. Neste momento, o Governo, no que diz respeito ao ensino, assistência médica, emprego, habitação, bem-estar social e segurança social, entre outras áreas, tem fornecido não poucas ajudas aos cidadãos para resolver algumas dificuldades, sobretudo aos desfavorecidos, o que permitiu lançar alicerces sólidos para a boa ordem social. No entanto, neste momento ainda persistem alguns problemas sociais bastante preocupantes, de modo que o Governo deve tentar encontrar soluções adequadas nos seguintes aspectos:

2.1. Ajudar as classes baixas a resolver o problema de habitação. Neste momento, o preço dos imóveis já está fora da capacidade das classes assalariadas. Se não se pode resolver uma questão tão básica como a habitação, cabe perguntar, como é que as pessoas podem sentir-se seguras na vida? Muitos serão os motivos da alta do preço dos imóveis. É difícil definir se são racionais ou irracionais. Numa economia de mercado, o que impera é a oferta e a procura. Se o mercado funciona com normalidade e não se detecta o monopólio sem regras, o Governo não deverá intervir directamente no preço dos imóveis. O que o Governo deve fazer é equilibrar a oferta e a procura e reforçar a transparência do mercado e fornecer habitação económica e social suficientes às classes médias e baixas, ajudando-as a resolver o problema da habitação. Além disso, se se vier a confirmar que no mercado de imóveis há excessiva especulação, o Governo deverá elaborar medidas para agravar os custos de tal operação.

2.2 Criar um relacionamento laboral harmonioso: Neste momento, a taxa de desemprego em Macau não é muito elevada. Os focos do problema do emprego residem no salário, no horário e na entrada de mão-de-obra do exterior, que são três factores em jogo. Devem ser estudados no seu conjunto, para encontrar-se uma solução equilibrada. Falando com justiça, o rendimento médio em Macau já subiu neste momento para o melhor recorde histórico nunca antes atingido. Devido à alta inflação e à subida do preço dos imóveis, a qualidade de vida da generalidade das pessoas não tem tido melhorias evidentes, sendo muitas vezes

desproporcionais ao elevado desenvolvimento económico; por isso, o problema do emprego continua a ser o núcleo dos problemas sociais. Neste momento, algumas actividades têm um horário de trabalho excessivamente longo. A algumas actividades faltam operários, o que é um facto incontestável. A introdução de mão de obra do exterior seria uma solução mais directa e mais eficaz, mas deve fazer-se com que ela seja complementar à local e não dispute o emprego aos operários locais. Nestas condições, é de crer que as pessoas de Macau aceitarão a mão de obra do exterior para trabalhar em Macau. Um horário máximo e um salário mínimo seriam objectivos ideais, mas é preciso ser amplamente discutido para se chegar a um consenso. Um acto legislativo coercivo nem sempre poderia ser bem aplicado. O patronato e os assalariados, ambas as partes devem levar em consideração os interesses gerais e o Governo deve manter a sua imparcialidade, só desta maneira se podendo construir um relacionamento laboral de confiança mútua e harmoniosa.

2.3. Criar um regime de segurança social mais eficaz: Neste momento, a segurança social é um regime de baixo desconto e baixa assistência. A quantia descontada é insignificante e as pensões de reforma não dão para manter a vida dum reformado. O envelhecimento populacional está em perspectiva, o que colocará a segurança social mais em destaque. Neste momento, em que há evidentes melhorias da economia, devem aproveitar-se as oportunidades para otimizar o regime de reformas e segurança social. Pode pensar-se na introdução de reformas complementares de carácter geral para atingir o objectivo de toda a velhice ser bem assistida. Quanto aos métodos a serem adoptados, podem desenvolver-se maiores discussões. O modelo do fundo de pensão obrigatório de Hong Kong talvez possa servir de referência. No que diz respeito aos seguros de incidente de trabalho, como têm surgido neste momento alguns problemas de indemnização, que são a demora e o insucesso, os lesados sentem-se frustrados e abandonados. Devem encontrar-se soluções para estas situações quanto antes, com medidas concretas. Na área da assistência médica, é preciso manter o modelo actual para aliviar os encargos médicos dos cidadãos.

2.4. Fornecer melhor educação e formação profissional: Neste momento, o orçamento destinado ao ensino do Governo de Macau não é pouco. Evidentemente, deve ser paulatinamente aumentado. No momento, o problema do ensino parece não residir em recursos, mas sim em otimizar a qualidade educativa e transformar as gerações vindouras

em recursos humanos competentes. Estão em jogo muitos factores: por exemplo o regime educativo, a pedagogia, o nível dos professores, assim como a educação familiar e o ambiente social. O futuro de Macau será garantido pelas gerações vindouras; por isso, o ensino é um trabalho de muita responsabilidade e de longo percurso e prazo. Além disso, o ensino específico e a formação profissional também não são menos importantes. Os postos de chefia dos sectores públicos e privados de Macau têm de ser ocupados por pessoas de Macau, de modo que Macau precisa de mais elites capacitadas. Devem dar-lhes mais oportunidade, com melhor educação e formação, preparando-as para levar à prática o princípio de “Macau governada pelas suas gentes”.